



**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE
ITAPEJARA D'OESTE - PR
C.N.P.J. 77.778.629/0001-91**

**PARECER TÉCNICO FINAL COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO E JULGAMENTO
DAS CONTAS DO PODER LEGISLATIVO DE ITAPEJARA D'OESTE, ESTADO DO
PARANÁ.**

PRESIDENTE: João Carlos Venturin

MEMBRO: Marcus Vinícius Braz Santos

SECRETÁRIA: Cristiane Batistus

Assunto: Projeto de Lei de Autoria do Poder Executivo nº 36 de 2025 cuja súmula *“Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Município de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná para o Exercício Financeiro de 2026 e dá outras providências.”*

Relator: Marcus Vinícius Braz Santos

INTERESSADO: Douto Plenário do Poder Legislativo de Itapejara D'Oeste – PR.

1.0 Relatório

Os membros da Comissão de Finanças e Orçamento e Julgamento das Contas, da Câmara Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, nos termos dos Artigos 53 a 89 do Regimento Interno desta Casa de Leis, reuniram-se na data de hoje, para analisar e emitir Parecer sobre o PLO/EXEC Nº 36/2025 cuja súmula: *“Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Município de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná para o Exercício Financeiro de 2026 e dá outras providências.”*

2.0 Voto do Relator

Conforme disposto no Art. 62 do R.I desta Casa de Lei.

Art. 62. *Compete à Comissão de Finanças, Orçamento e Julgamento das Contas emitir parecer sobre todos os assuntos de caráter financeiro e especialmente, sobre:*

- I - instituição e arrecadação de tributos da competência do Município e aplicação de suas rendas;*
- II - planejamento Municipal, sendo vedado solicitar a audiência de outra Comissão, compreendendo:*



**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE
ITAPEJARA D'OESTE - PR
C.N.P.J. 77.778.629/0001-91**

a) plano plurianual.

b) lei de diretrizes orçamentárias.

c) orçamento anual.

d) emendas aos projetos do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, do orçamento anual e aos projetos que os modificam.

III - questão financeira;

IV - controle interno, compreendendo, especialmente a fiscalização contábil, financeira e orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades da administração direta, indireta e fundacional;

V - planos e programas municipais;

VI - julgamento das contas, sendo vedado solicitar a audiência de outra Comissão.

Esta Comissão de Finanças, Orçamento e Julgamento das Contas em cumprimento ao Art. 284 do Regimento Interno e à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), finaliza a análise do PLO/EXEC N° 36/2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para o exercício de 2026), emitindo seu Parecer Final.

Ressalta-se que o Parecer Prévio desta Comissão já havia atestado a conformidade da matéria.

Cumprimento do Rito Regimental e Análise Final

Para a emissão deste Parecer Final, a Comissão atesta que todos os ritos regimentais e prazos estabelecidos no cronograma de instrução foram rigorosamente cumpridos:

Audiência Pública: A convocação (Edital N° 05/2025) e a realização da Audiência Pública, sob a presidência da CFO, ocorreram dentro do prazo estabelecido (em 22/10/2025), garantindo a transparência e a participação popular exigidas pela LRF (Art. 48).

Propostas Populares e Emendas: Conforme o cronograma regimental e a Ata da Audiência Pública, não houve recebimento de propostas populares, sugestões ou apresentação de emendas ao Projeto de Lei no período destinado a esse fim (08/10 a 15/10), tampouco durante a realização da Audiência Pública.



**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE
ITAPEJARA D'OESTE - PR
C.N.P.J. 77.778.629/0001-91**

Dessa forma, o texto do Projeto de Lei nº 36/2025 permanece inalterado em relação à sua versão inicial, e o voto da Comissão se mantém favorável, pelos seguintes motivos técnicos já apresentados no Parecer Prévio:

Compatibilidade Legal: O projeto atende plenamente aos ditames da Constituição Federal, da Lei de Responsabilidade Fiscal e da legislação orçamentária vigente (Lei nº 4.320/64).

Equilíbrio Fiscal: A LDO demonstra a manutenção do equilíbrio das contas públicas, atendendo aos limites constitucionais e legais da despesa municipal.

Conformidade com o PPA: As diretrizes orçamentárias propostas estão alinhadas com as metas e prioridades estabelecidas no Plano Plurianual (PPA 2026-2029).

3.0 Conclusão

Em vista do integral cumprimento do processo legislativo orçamentário, da inalterabilidade do texto original e da confirmação de sua plena conformidade técnica e legal, esta Comissão de Finanças e Orçamento e Julgamento das Contas ratifica seu entendimento anterior e profere **PARECER FINAL FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei nº 36 de 2025.

O projeto encontra-se apto para deliberação em Plenário, salvo melhor juízo.

Itapejara D'Oeste, Paraná, 23/10/2025

João Carlos Venturin () favorável ao parecer () desfavorável ao parecer
Presidente

Marcus Vinícius Braz Santos () favorável ao parecer () desfavorável ao parecer
Membro

Cristiane Batistus () favorável ao parecer () desfavorável ao parecer
Secretária